

## ESCOLA NORMAL EM TERESINA (1864 – 2003): RECONSTRUINDO UMA MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Norma Patricya Lopes Soares (UFPI)

GT 11 - História, Memória e Educação

Neste artigo pretendo sistematizar minha dissertação de mestrado referente à Escola Normal de Teresina. Este trabalho é o resultado de uma pesquisa cuja principal preocupação científica foi sistematizar e compreender como se constituiu a história da Escola Normal em Teresina, hoje denominada Instituto de Educação “Antonino Freire” (IEAF). Criada em 1864 e, modificada através de várias legislações, ainda é a mais atuante na formação docente no Piauí. Assim estabeleci como recorte de investigação o intervalo – 1864 a 2003 – buscando esclarecer os seguintes aspectos: a) o objetivo da criação de um curso de formação de professores no Piauí; b) o porquê da preponderância do sexo feminino; c) as intencionalidades das grades curriculares adotadas ao longo de sua existência; d) a regulamentação do ensino e da escola antes e depois da Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946; e) o perfil do curso e da instituição após sua transformação em Instituto de Educação em 1973. Foram estas as motivações que me levaram a investigar a constituição da Escola Normal em Teresina, ou seja, resgatar a sua história; levantar a documentação referente à sua atuação; analisar os “porquês” e “para quês” da criação e das intervenções político-administrativas ao longo de sua história; coletar, organizar e publicar os documentos elaborados na construção desta instituição e colher relatos de memórias de pessoas que vivenciaram ou testemunharam a história da Escola Normal em Teresina. A elucidação das questões acima se fez através de pesquisa histórica em que usei como fontes de informação livros, documentos, depoimentos orais, fotos, dentre outros concernentes ao problema suscitado.

A investigação foi fundamentada na história cultural e em historiadores brasileiros e piauienses. Na dissertação apresento uma introdução que contempla: tema, título, objeto, recorte histórico, objetivos, questões norteadoras, fundamentação teórica e metodologia adotada. Num segundo momento denominado: Capítulo I – Ensino Normal no Brasil – traço um breve panorama da educação brasileira enfatizando o ensino normal no contexto nacional como instrumento para a compreensão e estabelecimento de paralelos com a história da instituição pesquisada. Em seguida apresento a história da Escola Normal subdividida em quatro capítulos pela existência de aspectos relevantes que lhes conferiram perfis próprios e contextualizada no processo de desenvolvimento do próprio Estado. Encerrando teço as considerações finais que esboçam objetivamente os diversos perfis que a Escola Normal incorporou nos 139 anos de história (1864 – 2003) que reconstitui.

Reconhecendo a necessidade de fundamentação teórica busquei a Nova História Cultural por se constituir num processo dinâmico de fazer história. Dentre os principais teóricos recorri à obra de Jacques Le Goff de onde utilizei os conceitos de estrutura e fenômeno numa perspectiva de longa duração. Em Michel de Certeau busquei a noção da historiografia que fundamentou a metodologia desta pesquisa. De Roger Chartier incorporei o conceito de história cultural com suas múltiplas fontes. Com Peter Burke adotei as novas perspectivas de história cultural como, por exemplo, a história vista de baixo e a história oral. Assim, utilizando a Nova História a partir de um tema atual, pesquisei as peculiaridades do meu objeto de estudo ao longo do tempo e descobri diferentes abordagens que lhe foram conferidas em circunstâncias variadas. A formação de professores realizada pelo IEAF foi o tema que me fez retroceder à criação, desempenho e perspectivas atuais dessa instituição,

deixando explícito que os resultados aqui apresentados sintetizam a história presente do *passado-presente* da Escola Normal em Teresina

Através dos teóricos brasileiros como Eliane Marta Teixeira Lopes e Maria Cecília Cortez de Sousa encontrei o esclarecimento de pontos da historiografia e história oral, respectivamente. O livro, *Vestida de Azul e Branco*, da historiadora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas retratou-me a Escola Normal Sergipana, enquanto Ester Buffa reconstituiu a história da Escola Normal de São Carlos. Ambas me esclareceram o processo de reconstrução de história de instituições.

Os trabalhos dos piauienses Maria do Amparo Borges Ferro, Antonio de Pádua Carvalho Lopes, José Augusto Carvalho Mendes Sobrinho, Itamar de Sousa Brito e Odilon Nunes forneceram-me dados inestimáveis sobre a própria Escola Normal, sobre a história da educação local e sobre a evolução histórica do Piauí.

### **O Ensino Normal no Brasil**

O início do magistério no Brasil encontra-se na ação dos jesuítas, pois durante os dois séculos de sua permanência (1549 – 1779) foi-lhes atribuído o preparo intelectual dos colonos. Desenvolveram uma educação literária, humanista, capaz de dar brilho à inteligência; contudo, desvinculada da realidade da Colônia, o que não contribuiu para modificar a estrutura social e econômica do Brasil. Com a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal, através do Alvará de 28 de Julho de 1759, instalou-se o caos na educação brasileira, uma vez que o ensino passou a ser ministrado por professores improvisados, destruindo o sistema de ensino existente no Brasil. As reformas pombalinas (criação de aulas esparsas de Gramática Latina, de Grego e de Retórica) tentaram substituir o sistema jesuítico. Entretanto, foram medidas incoerentes e fragmentárias, visto transformar o ensino em cadeiras autônomas inigualável ao método dos jesuítas dotado de coerência, ordenação e visão de conjunto de estudo. A primeira Escola Normal foi a de Niterói (RJ) criada pela Lei Provincial de 4 de abril de 1835 iniciou suas atividades em outubro do mesmo ano sendo José da Costa Azevedo seu diretor, organizador e único professor. O curso tinha duração de dois anos e o objetivo era preparar professores para ao ensino de primeiras letras. De maneira idêntica à de Niterói foram criadas as Escolas Normais de Minas Gerais (1835), da Bahia (1836), do Pará (1839), do Maranhão (1840), do Ceará (1845), de São Paulo (1846), da Paraíba (1854), de Goiás (1858), de Pernambuco e do Piauí (1864), da Corte – Rio de Janeiro – (1880), e assim por diante.

A autonomia dada aos Estados para legislar e decidir sobre o ensino deixava-o à mercê das circunstâncias político-administrativas locais, contribuindo consideravelmente para o aumento das desigualdades sócio-econômicas já existentes e principalmente para as distorções educacionais e culturais das diversas regiões brasileiras. Assim, a Lei Orgânica do Ensino Normal em 1946 serviu para equalizar as diferenças regionais, constituindo-se num ponto favorável de nivelamento do ensino normal no país. Esta reforma também criou os Institutos de Educação, inspirados no do Rio de Janeiro, que ofereciam além do Curso Normal, o Jardim de Infância e a Escola Primária (anexos), cursos de especialização de professor primário e habilitação de administradores escolares em cursos pós-normal. A 20 de dezembro de 1961 sob o nº 4.024 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), influenciada pela corrente humanista tradicional, em seu Capítulo IV ela trata da formação do magistério para o ensino primário e médio. Sob a inspiração da Teoria Tecnicista, a Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 reformou o ensino de 1º e 2º graus, prescrevendo a profissionalização compulsória ao nível do ensino de 2º grau. O Capítulo V da Lei nº 5.692/71 contempla a formação de professores e especialistas. A 20 de dezembro de 1996 foi aprovada a nova LDB sob nº 9.394, que trata a questão da formação dos profissionais da

educação em seu Título VI, fixando no Art. 62º a meta de que todos os docentes para qualquer nível do ensino devem ter formação superior. Desta maneira, o horizonte da formação em nível médio estaria definido. Contudo, no mesmo Art. a Lei prevê a instituição de Escolas Normais no ensino médio, destinadas à preparação de professores para a educação infantil e para o ensino fundamental até a 4ª série.

Todo esse levantamento de informações encontra-se registrado na dissertação. Entretanto, passo a mostrar somente o foco desta pesquisa por entender que assim respondo às expectativas deste artigo.

### **Surge uma Escola Normal no Piauí (1864 – 1908)**

As propostas de formação de professores no Piauí seguem as nacionais que estão vinculadas às mudanças políticas, econômicas e sociais. A instalação da capital da província em Teresina no ano de 1852 e o surgimento das primeiras escolas normais no país são fatores que contribuíram para a criação da Escola Normal em Teresina.

O atraso da instrução pública no Piauí estava atrelado à falta de pessoas habilitadas para o magistério. Assim, a autorização oficial para a criação da primeira Escola Normal em Teresina foi dada pela *Resolução Provincial nº 565 de 5 de agosto de 1864*. Sua instalação ocorreu a 3 de fevereiro de 1865 e seu regulamento foi aprovado a 6 de setembro daquele ano.

O curso era misto, mas freqüentado exclusivamente por homens, com duração de dois anos e funcionava no prédio da Assembléia Legislativa. O corpo docente era composto por três professores e uma professora adjunta. O currículo trabalhado objetivava formar profissionais da moralização elementar, propiciar conhecimentos da cultura geral e preparar de forma simplificada professores para o exercício do magistério.

Nos três primeiros anos sua matrícula foi de 23 alunos em 1865, 7 alunos em 1866 e 8 alunos em 1867. A reduzida procura, provavelmente provocada pela cobrança uma taxa anual, e a gratificação dos professores por conta dos cofres da província, levaram à extinção da Escola no ano de 1867. Contudo, no mesmo documento de extinção foi reaberto o Liceu Piauiense onde foi criado um curso especial de dois anos para os alunos que pretendessem exercer o magistério. Essa experiência durou até 1874 quando foi extinto o referido curso.

Uma terceira tentativa ocorreu em 1882. Também instalado no prédio do Liceu, porém de forma autônoma e com professores exclusivos. Desta vez o baixo nível dos exames escolares e a desorganização do curso levaram ao retorno de curso anexo ao Liceu a partir de 1886. Mesmo com o relativo sucesso, as dificuldades financeiras da província levaram mais uma vez à extinção do curso normal no ano de 1888 e nos 20 anos seguintes não houve mais iniciativas neste sentido.

Assim, nesses 44 anos (1864 – 1908) a Escola Normal esteve à mercê das oscilações financeiras da província quando finalmente um grupo de intelectuais locais criou uma instituição não governamental a Sociedade Auxiliadora da Instrução Pública no ano de 1908 que chamou para si a responsabilidade de formar docentes instituindo em 1909 a Escola Normal Livre.

### **Consolida-se a Escola Normal em Teresina (1909 – 1946)**

Restabelecida em 1909, com a denominação de *Escola Normal Livre* e inaugurada a 1º de fevereiro, a instituição oferecia um curso de dois anos destinado a uma clientela exclusivamente feminina. Matriculou 17 alunas no 1º ano e seus professores lecionavam gratuitamente.

Naquele ano um dos membros da Sociedade Auxiliadora da Instrução e também professor da Instituição assumiu o Governo do Estado oficializando o ensino normal e transformando a Escola Normal Livre em *Escola Normal Oficial*, através da Lei nº 548 de 30/03/1910. Regulamentada pelo Decreto nº 434 de 19/04/1910 a escola passou a funcionar sem mais retrocessos a partir de 15/05/1910 data em que se comemora o aniversário da instituição.

Oferecendo educação científica e prática, com um curso de três anos de duração, foi criada, anexa à Escola Normal uma Escola Modelo destinada à prática das professorandas e uma Escola de Aplicação para ministrar curso complementar especial visando aprofundar os conhecimentos adquiridos na escola primária e aplicar testes vocacionais.

A frequência mista só voltou a ser legalizada a partir de 1933. Até aquele ano os homens que pretendessem o magistério a exemplo de Felismino Weser (1917), realizavam exame de todas as matérias que constituíam o curso normal.

De 1910 até 1946 quando o ensino normal passou a receber regulamentação e uniformidade em nível Federal, o curso sofreu várias adaptações curriculares quase sempre espelhadas nas experiências dos grandes centros do país, com a intenção de melhor preparar as futuras professorandas.

A crescente matrícula e número de formandas também justificam a consolidação da Escola que ocorreu na mesma época em que a cidade de Teresina firmou-se como capital do Estado, construindo prédios, inclusive o da Escola Normal, regulamentando a instrução pública, instalando sua primeira Faculdade (Direito) e recebendo grande contribuição feminina na área educacional e cultural.

Abro um parêntese aqui para mencionar a participação de Firmina Sobreira e Elisa Gonçalves sem querer ofuscar o brilho de outras educadoras.

À medida que essa história veio aproximando-se da contemporaneidade pude contar com depoimentos de normalistas que revelam nuances incontidas nos documentos, se não vejamos:

“A Escola Normal foi tudo para mim, lá eu enxerguei o mundo ela abriu minha cabeça para o mundo, eu sou o que sou por causa dela”. (Ana Rosa de Lima Brito – formanda de 1923).

“A Escola ficou famosa por causa do tratamento dos professores para com os alunos e com a formação mesmo dos professores (...). Era como se fosse uma faculdade, os professores eram preparados (...)”. (João Carvalho Mendes – formando de 1940).

“Ela desperta você para o outro, uma abertura para as pessoas, para a solidariedade (...) eu me encontrei na Escola Normal, parece que tinha uma luz apagada na minha cabeça. Ela acendia dum jeito de ascensão, de procurar o melhor”. (Palmira Luzia – formanda de 1944).

Esses trinta e sete anos (1910-1947) de efetivo exercício, com uma função esclarecedora e humanizadora exercida pelos preparados professores atestam a Consolidação da Escola Normal.

### **Chega ao Apogeu a Escola Normal Teresinense (1947 – 1972)**

Consolidada no Estado, tendo seu curso adaptado ao ensino normal federal pela Lei Orgânica do Ensino Normal e recebendo a denominação de Escola Normal “Antonino Freire” em homenagem a um dos seus maiores idealizadores a escola viveu nesse intervalo de 25 anos o seu maior brilhantismo atingindo o que cognominei de *Apogeu*.

Objetivava prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias, desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância e habilitar, quando possível, administradores escolares. Formou durante algum tempo o regente

de ensino e o professor primário. Facultou a partir dos anos 60 o ensino noturno que absorveu um novo tipo de clientela.

Uma grande inovação curricular ocorreu em 1966 com a introdução das metodologias específicas. Quanto à matrícula apresentou expressivo crescimento (30 em 1947 para 2.405 em 1972) o que levou à necessidade de um novo prédio que acomodasse tamanha demanda, pois mesmo os porões, que foram transformados em salas de aula por um dos seus diretores, já não eram suficientes.

O apogeu da Escola Normal corresponde ao período em que no Brasil foram implantadas a Lei Orgânica do Ensino Normal (1946), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB de 1961) e a Lei nº 5.692 (1971); e no Piauí além da contribuição do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar (PABAAE) e Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), foi executado um projeto de desenvolvimento integrado que contemplava a educação tornando possível a instalação da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Ratificando estas constatações estão os depoimentos daqueles que diretamente fizeram essa história:

“...naquele prédio [refere-se ao situado à praça Marechal Deodoro da Fonseca] está a história da Escola Normal, tão aconchegante, tão qualificada (...) é de lá que eu sinto saudades (...), do espelho (...), da sala do piano (...), das brincadeiras (...)”. (Bárbara Mendes – formanda de 1965).

“A Escola Normal assumiu um papel importantíssimo na vida cultural do Estado. Marcou época na educação. Fazer o curso na Normal significava ser ilibada, de boa conduta, de moral elevada (...) foi minha vida. Eu me realizei (...) e se pudesse recomençar começaria exatamente sendo professor da Normal”. (Afrânio Nunes – professor e diretor da Escola nos anos 60).

“O corpo docente era a fina flor da intelectualidade piauiense, a gente saía preparada para a vida”. (Enid Veloso – depoente que mais tempo viveu a Escola Normal na condição de: aluna, secretária, professora e arquivista)

“Era uma escola da qual a gente sentia orgulho de pertencer (...). Nós a considerávamos o centro do mundo (...). O que eu sou vem daquele tempo(...). A Escola Normal hoje é um remendo novo num pano velho, mas resistente”. (Maria Sousa – concludente de 1955 e professora da escola na década de 70).

### **De Escola Normal a Instituto de Educação (1973 – 2003)**

O advento da Lei nº 5.692/71 provocou inúmeras alterações na educação e conseqüentemente no ensino normal. Com relação ao objeto deste estudo as principais mudanças foram: transformação de Escola Normal em Instituto de Educação; transferência de prédio; implantação dos estudos adicionais, de uma escola de aplicação, do serviço de orientação educacional e do projeto de revitalização das escolas normais; colaboração nos projetos LOGOS II e PROFORMAÇÃO e estruturação de novos regimentos para redefinir seus perfis. Nesse sentido segundo o depoimento da direção “o egresso deve ter uma visão aberta da vida, seja capaz de fazer a ligação dos conteúdos adquiridos com a realidade que vai se deparar, que se valorize como profissional (...)”. (Regina Sabóia – atual diretora da escola)

A matrícula durante as décadas deste último período variou em torno de 2.300 alunos formando uma média de 600 normalistas, divergindo apenas nos três últimos anos quando não mais foi permitido matricular novos alunos em razão das novas diretrizes – Normal Superior.

Visando satisfazer as propostas de ensino normal e a realidade local, várias grades curriculares foram adotadas nesse período, culminando com a atual matriz curricular fundamentada nos PCN's, nos Parâmetros em Ação do Ensino Médio e nos Referenciais de

Formação nas Séries Iniciais como fora explicitado pela coordenadora Fátima Melo e que na visão da professora Jovina Silva “a matriz deve trabalhar os alunos para que eles saiam com uma dimensão técnica e política intermediada pela ética”.

Numa ação conjunta entre direção/docentes/funcionários/discentes foram executadas várias estratégias de ocupação do espaço-tempo num tempo de incertezas para que a instituição não perdesse inclusive seu prédio.

O Instituto de Educação não ficou alheio às crises de identidade que afetaram o ensino normal brasileiro. A primeira delas ocorreu com a operacionalização da Lei nº 5.692/71, esta foi minimizada com a criação dos Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM's) na década de 80; a segunda surgiu com a aplicação da nova LDB nº 9.394/96 que suprimiu o ensino normal em nível médio e criou os Institutos Superiores de Educação. Esta última crise continua sendo alvo de discussões e medidas para superá-la, especialmente no Estado do Piauí.

### Considerações Finais

Este estudo permitiu a reconstituição dos 139 anos de percurso histórico da mais antiga escola de formação de professores do Estado do Piauí.

A história cultural como referencial teórico metodológico foi significativa na medida que levou à percepção e utilização de variadas fontes e à compreensão de que não se constrói a história total de um objeto, mas *uma* história.

Assim, a trajetória da Escola Normal nos revelou diferentes perfis em função de aspectos legais, históricos, políticos, econômicos e sociais. A Escola surgiu, consolidou-se, atingiu o apogeu, caiu em descrédito e hoje sonha com uma nova perspectiva de formação – o ensino superior.

Finalmente, acredito que este trabalho oferece uma contribuição à memória do ensino normal e à história da educação piauiense e brasileira.

### BIBLIOGRAFIA

PIAUHY, **Código das leis piauheyenses**. 1864. Resolução nº 565 de 05 de agosto de 1864. Autoriza o presidente da Província a criar nesta capital uma escola normal constituída em externato. San' Luiz: Typ. de B. de Mattos, 1865. (94-99).

PIAUHY, **Código das leis Piauhyenses**. 1867. Resolução nº 599 de 09 de outubro de 1867. Restaura o Liceu Piauiense. San' Luiz: Typ. de B. de Mattos. 1867. (1-5).

PIAUHY, **Código das leis piauhyenses**. 1870 – 1872. Tomo 28. Parte 1ª. Secção 1ª. Resolução nº 753, publicada em 29 de agosto de 1871. Reforma o Liceu desta capital e cria diversas disposições relativas à instrução primária. 1872. (86-93).

PIAUHY, **Código das leis piauhyenses**. 1874. Resolução nº 858 de 11 de julho de 1874. Autoriza o presidente da Província a reformar o Liceu de Therezina. Theresina: Typ. do Piauhy. 1876. (17-19).

PIAUHY, **Códigos das leis piauhyenses**. 1882. Resolução nº 1.062 de 15 de junho de 1882. Cria na capital da província uma escola normal destinada a formar professores para o ensino primário. Tomo 37. Parte 1ª. Secção 1. Therezina, 1882. (97-100).

PIAUHY, **Código das leis piauhyenses**. 1886. Resolução nº 1.160, publicada em 30 de outubro de 1886. Anexou a Escola Normal ao Lyceu Piauhyense. Theresina, 1886.

PIAUHY, **Código das leis piauhyenses**. 1888. Resolução nº 1.197, publicada em 10 de outubro de 1888. Extingue a Escola Normal desta capital e dá outras disposições. Therezina: Typ. da Tribuna 1888. (81-83).

PIAUHY, **Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1910**. Lei nº 548, publicada em 30 de março de 1910. Reforma a instrução pública do estado. Teresina: Imprensa Oficial – 1910.

PIAUHY, **Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1910**. Decreto nº 434, publicado em 19 de abril de 1910. Expediente regulamentar para a instrução pública do Estado. Teresina: Imprensa Oficial – 1913. (101).

PIAUI, **Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1947**. Decreto nº 1.402 de 27 de janeiro de 1947. Organiza o ensino normal e cria o Ginásio na Escola Normal. Teresina: Imprensa Oficial, 1947.

PIAUI, **Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1947**. Lei nº 46 de 18 de Dezembro de 1947. Deu o nome de “Antonino Freire” à Escola Normal. Teresina: Imprensa Oficial, 1947.

PIAUI, **Leis e decretos do Estado do Piauí do ano de 1973**. Decreto nº 1.553 de 22 de janeiro de 1973. Transforma a Escola Normal em Instituto de Educação. Teresina: Imprensa Oficial, 1973.

SOCIEDADE AUXILIADORA DA INSTRUÇÃO. **A Instrução Pública no Piauí**. Teresina: Papelaria Piauíense, 1922.

BRASIL, **Decreto nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946**. Regulamenta o ensino normal no Brasil. In ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. In: DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Coleção A. E. C. 3 ed. Rio de Janeiro: GB, 1968.

BRASIL, **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino do 1º e 2º graus. Brasília, Diário Oficial da União, 18 de agosto de 1971.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Publicada sem vetos no Diário Oficial da União de 23/12/96 estabelece a qualidade de ensino como princípio e instrumento das ações educativas, a flexibilização curricular, a democratização do acesso ao ensino superior, a oferta massiva e planejada de educação para jovens e adultos e a garantia de mais recursos financeiros para a educação pública.

BRITO, Itamar. **Escola Normal: 74 anos**. *Educação Hoje*. Teresina. Ano I, n.º 4, Revista Trimestral, 15/07/1984, 1984, p.8 e 9.

\_\_\_\_\_. **História da Educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BRZEZINSKI, Iria. **A formação do professor: para o início da escolarização**. Goiânia: UCG, 1987.

BURKE, Peter (Org.); **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

CANEZIN, Maria Teresa, LOUREIRO, Walderês Nunes. **A Escola Normal em Goiás**. Goiânia: UFG, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. (Tradução de Maria de Lourdes Menezes). Revisão técnica de Arno Vogel. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Messias. **A educação nas constituições do Brasil: dados e direções**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Piauí Republicano**. Teresina, PI: EDUFPI, 1996.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Trajetórias profissionais de ex-normalistas do Instituto de Educação Rui Barbosa: a construção do exercício docente** (Aracaju-Se

1920/1950). **CADERNOS CERU/Centro de Estudos Rurais e Urbanos** – n. 1 São Paulo: CERU/USP, Série 2, n. 11, 2000, p. 101-113.

\_\_\_\_\_. **Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920 – 1950)**. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGE, 2003.

LE GOFF, Jacques (Org.), CHARTIER, Roger, REVEL, Jacques. **A história nova**. (Tradução Eduardo Brandão). 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. **Beneméritos da Instrução: A Feminização do Magistério Primário Piauiense**. 1996. 242p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 1996.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Perspectivas históricas da educação**. São Paulo: Ática, 1989.

LOPES, Eliane Marta Teixeira, GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho. **O Ensino de ciências naturais na escola normal: aspectos históricos**. Teresina: EDUFPI, 2002.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas, SP: Unicamp, 1999.

NUNES, Odilon. **O Piauí na história**. 4 ed. Teresina: COMEPI, 1975.

\_\_\_\_\_. **Pesquisas para a história do Piauí**. 2 ed. vol. I. Rio de Janeiro: Artenova, [1975].

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 23 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de (org.). **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectivas**. Teresina: FUNDAPI, 1995.

BRITO, Ana Rosa de Lima. **Depoimento** [set. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

MELO, Maria de Fátima. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

MENDES, João Carvalho. **Depoimento** [out. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

MENDES, Bárbara Maria Macedo. **Depoimento** [out. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

NUNES, Afrânio Messias Alves. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

PAZ, Regina Cele Bonfim de Sabóia. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

SILVA, Jovina da. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

SOARES, Palmira Luzia. **Depoimento** [set. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

SOUSA, Maria. **Depoimento** [set. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.

VELOSO, Enid Matos Rocha. **Depoimento** [nov. 2003] concedido à pesquisadora Norma Patricya Lopes Soares para realização de Dissertação de Mestrado.